

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE POR MEIO DO RECENTEAMENTO GERAL DE 1920

THE ORGANIZATION OF PRODUCTIVE WORK IN THE FIRST DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY: AN ANALYSIS THROUGH THE GENERAL RECALL OF BRAZIL OF 1920

Amanda Guimarães da Silva¹; Hugo Cavalcante Vasconcelos Neto²;
Mario Martins Viana Junior³

RESUMO

O período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX aponta para uma nova organização das relações de trabalho no Brasil. O fim do sistema escravista impulsiona o surgimento de uma massa de trabalhadores livres que, aos poucos, são inseridos junto às novas dinâmicas produtivas gestadas no início do século. Nosso objetivo é investigar a organização do trabalho produtivo, definido e indefinido, a partir do Recenseamento Geral do Brasil, produzido em 1920. A partir da análise documental, percebemos a ausência de categorias conceituais específicas para compreender a organização do trabalho no período, que eram diferentes dentro de uma escala nacional e local, onde a conceitualização de ocupações e profissões eram difusas. Como metodologia, usamos uma abordagem comparativa com outros documentos produzidos no período, como: o Almanaque Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Ceará, produzido entre 1889 e 1930. Nesse sentido, apresentamos algumas reflexões sobre as formas de qualificar e desqualificar a atividade produtiva brasileira, a partir de documentos oficiais do período. Nosso estudo situa-se dentro das discussões propostas pela História Social do Trabalho, em torno da categoria conceitual de trabalho.

Palavras-chave: História Oficial. Trabalho Indefinido. Pobreza Urbana.

ABSTRACT

The period between the last decades of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century points to a new organization of the labor relations in Brazil. The end of the slavery system prompts the emergence of a mass of free workers, who are gradually inserted alongside the new production dynamics that were conceived at the beginning of the century. Our aim is to investigate the organization of defined and undefined productive work from the General Census of Brazil, produced in 1920. From the documentary analysis, we notice the absence of specific conceptual categories to understand the organization of work during the period, which were different on a national and local scale, where the conceptualization of occupations and professions was diffuse. For the methodology, we used a comparative approach alongside other documents produced in the period, such as the Administrative, Statistical, Industrial and Literary Almanac of Ceará, produced between 1889 and 1930. In this sense, we present some reflections on the ways to qualify and disqualify Brazilian productive activity, using official documents of the period as a basis. Our study is placed within the discussions proposed by the Social History of Labor, around the conceptual category of work.

Recebido em: 08 maio 2019

Aprovado em: 14 maio 2019

Keywords: Official History. Indefinite Work. Urban Poverty.

¹Graduada em História e Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: amandha_guimaraes@hotmail.com

²Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: hugoneto15lot@hotmail.com

³Professor do curso de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em História Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais. Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: mario_ufc@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A economia agroexportadora, sustentada por meio do sistema escravista, do latifúndio e de toda uma política paternalista, entrou em conflito junto ao incipiente desenvolvimento industrial gestado no início do século XX, que, por pressões internas e externas, impulsionou o fim da escravidão, instituindo um mercado de trabalho livre e assalariado em todo o país (COSTA, 1889). O sistema agroexportador, dependente do mercado externo, teve sua importância gradativamente diminuída, à medida que expandia a industrialização nacional e o desenvolvimento do mercado interno. Eram realizadas práticas laborais tanto em áreas rurais, por meio de atividades agrícolas, como o café e o algodão; como no espaço urbano, a partir de atividades inseridas junto à tímida iniciativa industrial, com ocupações urbanas, a partir de demandas cotidianas e diversas. Agricultura e indústria, desta forma, moldam o que seria a estrutura econômica nas primeiras décadas do século XX organizando e definindo diversas relações de trabalho, no campo e na cidade.

A expansão urbana e industrial ocorreu de forma diferenciada junto às três grandes regiões do país, Nordeste, Sudeste e Sul, devido às dinâmicas econômicas e sociais diferenciadas entre si. O Sudeste, sobretudo o estado de São Paulo, experimentou um período de expansão econômica, a partir do cultivo cafeeiro, que somente na safra de 1906-1907, chegou a colher, aproximadamente, 20 milhões de sacas de café (FAUSTO, 1996). Esta economia foi sustentada, nas últimas décadas do século XIX, por meio da mão de obra escrava, sendo substituída por trabalho livre e estrangeiro, abundante e precário. Por sua vez, a Região Nordeste, nas últimas décadas do século XIX, teve uma participação significativa na economia nacional, sendo um importante e expressivo exportador de algodão e açúcar, além de concentrar, aproximadamente, metade da população brasileira, sustentada a partir de uma rígida estrutura econômica, social e política (FURTADO, 1959).

A partir de uma dinâmica heterogênea e específica, chamamos atenção para os modos oficiais de organizar um conjunto de atividades econômicas desenvolvidas no país. Este discurso foi

responsável por desqualificar e indefinir atividades, que, por diversos motivos, não estavam inseridas dentro das dinâmicas produtivas existentes no período. Existem diversas profissões, ocupações e modos de sobrevivência, responsáveis por diferenciar uma heterogeneidade de pobres urbanos. Oscilavam entre ocupações assalariadas ou não, compartilhando demandas cotidianas e sociais em comum. Tomamos como objetivo compreender os modos como classificações de trabalho foram gestadas, a partir do desenvolvimento produtivo e econômico do período, disponíveis para consulta e análise junto a diversos documentos oficiais produzidos.

Para a realização desta pesquisa, analisamos o Recenseamento Geral do Brasil, finalizado no ano de 1920 e que abrange um conjunto de atividades econômicas produzidas nacionalmente. Com o objetivo de perceber esta dinâmica a partir de uma dimensão local, consultamos os Almanques do Ceará Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário, produzidos entre os anos de 1889 e 1930, que em conjunto, discutem aspectos econômicos, políticos e sociais do Estado do Ceará, sobretudo, da cidade de Fortaleza. Em diálogo com esta fonte, analisamos o Código de Postura do Município, produzido no ano de 1933, que entre outras normatizações, nos ajuda a pensar como a Administração Pública da capital controlou e fiscalizou diversas práticas de trabalhos cotidianas, sobretudo, daquelas não inseridas dentro das dinâmicas consideradas industriais.

Nosso objetivo é compreender, de modo comparativo, a organização produtiva existente no período da primeira república, refletindo sobre as categorias de trabalho forjadas neste processo. Algumas reflexões apontam para a ausência de definição do que seria atividade produtiva no Brasil, ocasionando uma indefinição de ocupações e modos de sobrevivência por meio do Estado. A partir da análise de documentos produzidos no período, é possível observar a heterogeneidade dos trabalhadores inseridos em atividades de trabalho intermitentes e informais. Ao privilegiar análises locais, é possível definir as diversas ocupações consideradas indefinidas, sendo um profícuo objeto de estudo para diversos pesquisadores.

A definição de trabalho por meio do Recenseamento Geral do Brasil (1920)

Trabalho. m. Aplicação da atividade intelectual ou física. Serviço. Fadiga. Ação de um maquinismo. Resultado dessa ação. Resultado de um serviço ou da atividade física ou moral do homem. Labutação. Cuidado ou esmero em qualquer serviço. Aflição, inquietação. Exercício. Obra que está por fazer-se ou em via de execução. Maneira com que se exerce a atividade intelectual ou material. Ação mecânica dos agentes naturais. Físico. Fenômeno orgânico no interior de tecidos. Discussões ou deliberações. Empreendimentos gloriosos e fatigantes. Aflições, cuidados: acabaram-se as penas e o trabalho (FIGUEREIRO, 1913, p. 1243).

Ao longo da história censitária do Brasil, a produção de dados estatísticos acompanhou um conjunto de padrões europeus e norte - americanos, sendo por vezes, insuficientes para a compreensão de realidades locais e regionais, sobretudo, de países latino - americanos (SANTOS, 1978). Por meio de documentos oficiais e censitários, é possível perceber os modos de produção que emergiam no período, bem como as tímidas tentativas de mecanização e diversificação da produção, além do uso de mão de obra heterogênea e livre. A produção de dados, além da tentativa de interpretar a realidade social por meio de dados estatísticos, possuía objetivos econômicos específicos, com contornos em dimensões regionais e nacionais.

Os Recenseamentos Gerais do Brasil, produzidos entre 1872 e 1920, apontam para um conjunto de definições conceituais sobre este processo, em meio a um discurso oficial alinhado ao projeto liberal de desenvolvimento econômico. Estas definições conceituais estavam situadas junto ao pensamento positivista, com grande expressividade na Europa ao longo do século XIX. No Recenseamento Censitário realizado em 1872, existiam categorias qualitativas, voltadas para a compreensão do que seria a população e o território. Havia diversas especificações, como: estado “político”, “intelectual” e “moral” do Império, reunindo dados sobre cor de pele e chefe de famílias. Registravam, também, aspectos econômicos, como a condição “agrícola”, “industrial” e “comercial”, sendo um dos primeiros esforços para a compreensão sobre a dimensão de atividades econômicas realizadas nacionalmente, interseccionando, assim, população e território.

Não havia uma uniformidade nos modos de qualificar e quantificar estas atividades, deixando espaço para interpretações diferenciadas do que

seria atividade econômica. Deste modo, foram definidas a partir de demandas particulares de cada região do Império. O Recenseamento do Brasil, produzido em 1920, teve como um dos objetivos, sistematizar dados sobre atividades econômicas desenvolvidas tanto no campo, quanto na cidade. Abrangia, concomitantemente, o 4º Censo Geral da População e o 1º Recenseamento da Agricultura e das Indústrias, que apresentavam informações quanto ao capital empregado no ano, o número de estabelecimentos industriais e agrícolas, bem como a mão de obra empregada. Uma tentativa censitária semelhante ocorreu no ano de 1907, por iniciativa do Centro Industrial do Brasil, sendo disponibilizado em 1908, em comemoração ao centenário de abertura dos portos nacionais ao comércio mundial, ocorrido em 1808. Estas informações, em conjunto, atendiam a interesses de grupos sociais heterogêneos, em sua maioria, relacionados com o desenvolvimento de relações de importação e exportação, que marcavam a expansão econômica sentida no país.

Uma das formas de analisar as práticas produtivas existentes era por meio dos Impostos sobre Indústrias e Profissões, que abrangia, em 1920, diversos grupos industriais que movimentavam o mercado interno, devido à produção de produtos mais ou menos diversos, como alimentação e vestuário. Estas atividades eram realizadas em pequenas oficinas, de modo manufatureiro e atendendo às demandas cotidianas, em cidades grandes e com proeminência local. As indústrias de vestuário e calçados ocupavam um lugar expressivo dentro da produção nacional representando 69% da população ocupada em atividades definidas desta forma. Os dados obtidos em 1907 e 1920, quando comparados, evidenciam um contínuo processo de expansão industrial, com aumento de capital empregado e trabalhadores considerados produtivos pelo Estado.

De acordo com o Quadro 01, é possível perceber quais atividades industriais eram entendidas como grupos. Eram voltadas para a produção de itens de consumo interno e representavam algumas das ocupações desenvolvidas no campo e na cidade. Sua realização era feita por trabalhadores pobres, que comparado com outras ocupações, possuíam uma melhor condição de vida e remuneração, devido à regularidade de suas atividades. Eram grupos

industriais pouco expressivos e com pouca diversidade de produtos, mas que apontavam para a expressividade do desenvolvimento econômico no país.

O Código de Posturas do Município de Fortaleza, datados dos anos de 1889, 1903 e 1933, apresenta alguns aspectos voltados a organização e controle das formas de trabalho na cidade, bem como quais profissões e atividades econômicas estavam sob suspeição de fisco. Por meio do Imposto sobre Industrias e Profissões, os municípios e estados taxavam não somente atividades industriais, como diversas práticas de trabalho, realizadas em meio a ruas e prédios. Eram, em parte, os carregadores de cargas, vendedores ambulantes e prestadores de serviços diversos, registrados pela administração municipal, tornando-se estatística. Eram atividades indispensáveis para o cotidiano da cidade, sendo, progressivamente, regulamentadas pelo Estado, apesar de não inseridas dentro da produção industrial. Algumas outras atividades, vistas como industriais, ocorriam de modo intermitente, a partir de jornadas, suprimindo a necessidade de mão de obra existente. Estes impostos foram utilizados, em parte, para a construção dos dados apresentados em 1920. Eram imprecisos, em sua maioria, tendo diferenças sensíveis quanto aos dados coletados no ano de 1907. Desta forma, a definição de atividades produtivas era realizada, em um primeiro momento, a partir de dinâmicas locais específicas e diferenciadas do resto do país, oscilando entre grandes áreas produtivas, a industrial e agrícola.

Eram realizadas junto a pequenas oficinas, por vezes, em residências domiciliares; ou em fábricas que, progressivamente, empregavam uma quantidade maior de mão de obra e mecanização.

Constituíam, em sua maioria, uma produção econômica manufatureira, que aos poucos, tornava-se mecanizada. Diversas atividades, quando olhadas a partir de uma dimensão local, poderiam ser incluídas dentro das grandes classificações censitárias do período, ao passo que, tantas outras, eram excluídas desta denominação.

Com sensíveis diferenças regionais, esta atividade entendida como industrial movimentava, aproximadamente, 13.336 estabelecimentos no país. Situados junto às mais diversas especificações e áreas produtivas, empregavam 275.512 trabalhadores entendidos como força de trabalho operária. Tinham, em sua maioria, algum tipo de qualificação, aprendidas por meio da tradição ou devido aos processos de mecanização produtiva. Eram pequenas fábricas e oficinas, de produção manufatureira, ou que iniciavam sua produção a partir de maquinário. A inserção junto a uma dinâmica capitalista maior impulsionou um contínuo processo de divisão do trabalho, emergindo diversas categorias laborais, inseridas dentro do espaço de fábricas e oficinas, em atividades que, aos poucos, tornavam-se regulares, específicas e qualificadas.

Havia no Estado do Ceará, aproximadamente, 127 estabelecimentos, somente no ano de 1912, contando com 2.100 empregados, entendidos como força de trabalho operária. Era, assim, o décimo quarto estado do país em capital empregado, com um valor de 2.564:550\$, de acordo com o Imposto de Consumo, coletado no período. Referiam-se aos impostos sobre importação e exportação.

Na cidade eram produzidas redes, fiação, tecidos, pães, destilação, cigarros, produção de livros, encadernação, em atividades realizadas por cabelereiro e barbeiros, marceneiros, carpinteiro,

Quadro 1 - Recenseamento de indústrias sujeitas à impostos. Fortaleza, Ceará. 2019

Grupos Industriais	Atividades Econômicas
Indústrias Extrativas	Sal
Indústrias Têxteis	Tecidos
Indústrias Químicas	Fósforos, Velas, Perfumarias, Especialidades
Indústria de Alimentação	Bebidas, Vinagres, Conserva.
Indústria de Vestuário e Toalete	Calçados, Chapéus, Chapéus de Sol, Benga-
Outras Indústrias	Fumo, Cartas de Jogar.

Fonte: Rio de Janeiro (1920); Recenseamento Geral do Brasil

ourives, relojoeiro, alfaiate, marmoristas, fundição, entalhador, fotografias, sapateiros, ferreiros, funileiro, torneiro, barulheiro, sellero, pintores, desenhistas, tinturarias, empreiteiros de obras, marchantes. Em conjunto, ocupavam posições diferenciadas dentro do processo produtivo apresentado pelo Recenseamento Geral de 1920.

Apesar da organização da atividade industrial junto ao espaço da cidade, temos que a atividade agrícola constituía uma das bases econômicas do país, em sua essência agroexportadora (COSTA, 1998). Os engenhos de açúcar tiveram uma tímida inserção de maquinário a vapor, no entanto, a maioria de suas atividades eram realizadas por meio de tração animal. Esta transformação ocorria de modo lento, apresentando diferenças menos expressivas, entre os anos de 1907 e 1920 (CARNEIRO, 2015). Em contraposição às atividades industriais, foram incluídas junto ao levantamento agrícola um conjunto de atividades. Assim como na produção de dados industriais, não havia critérios específicos para a definição desta atividade produtiva. De acordo com os dados do recenseamento, houve um aumento menor do que

o registrado junto as atividades consideradas industriais.

A dimensão econômica era delineada por características regionais, a partir do território, da cultura e da constituição política formada no início do século. O conjunto de atividades consideradas produtivas incluíam práticas de trabalho realizadas em domicílios, fossem manufatureiras ou mecanizadas, voltadas para a produção de alimentos diversos e objetos para o consumo interno e externo. Temos que a produção anual, inserção de máquinas e quantidade de trabalhadores eram algumas das especificações levadas em consideração. Nos dicionários republicanos, as atividades industrial e agrícola apareciam como categorias produtivas diferenciadas. Indústrias, fábricas, oficinas, pequenos estabelecimentos, entre tantas outras atividades econômicas foram classificadas nestes dois grandes grupos, sendo diferenciados, aparentemente, quanto a mecanização de suas atividades, não havendo, em 1920, categorias claras para a sua conceituação.

De acordo com o Quadro 02, retirado do Recenseamento Geral, diversas atividades

Quadro 2 - Dependências recenseadas no levantamento agrícola. Fortaleza, Ceará. 2019.

Indústrias exercidas em domicílio	Oficinas de ferreiro, concerto de bicicletas, serralheiros e armeiros, gravadores e estampadores, fotografias, quadros, molduras, concerto de maquinas de costura, concerto de maquinas de escrever, funileiros, empalhadores, carpinteiros e marceneiros.
Outras explorações, como os estabelecimentos para preparo agrícola do fumo, salgadura de peles, preparo de carvão vegetal, criação e comércio de animais domésticos, pesca.	-
Oficinas a cargo do Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como as pertencentes a empresas particulares de transporte.	-
Artes gráficas, consideradas entre os ramos de comercio e varejo, compreendidas, também, na categoria de empresas particulares de transporte.	-
Pequenas oficinas, destinadas a trabalhos de reparação e concerto, onde são executadas encomendas particulares.	-
Produção de energia elétrica, fabricação de açúcar, serviços de iluminação, abastecimento de água e esgoto.	-

Fonte: Rio de Janeiro (1920); Recenseamento Geral do Brasil.

entendidas como produtivas não apresentavam informações completas quanto o lugar de realização e desenvolvimento. De todas as atividades, somente as exercidas em domicílio apresentavam classificações quanto a diversidade produtiva existente. Diversas outras atividades, igualmente consideradas como produtivas, tinha seus locais de realização, tipos de produção e organização desconhecidos pelo Estado. Constituíam grandes lacunas dentro dos dados censitários, sendo progressivamente preenchidos ao longo da primeira década do século XX.

Pela ausência de uma estrutura mecanizadas, práticas de trabalho realizadas no século anterior não foram incorporadas aos dados industriais do período, apesar de absorverem uma expressiva quantidade de trabalhadores. Como o setor de vestuário, que representava 69% dos empregos formais, principalmente nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (DIAS, JUNIOR, 1993). Apesar de não consideradas como industriais, algumas atividades empregavam uma parcela expressiva de trabalhadores, em dinâmicas de trabalho que, progressivamente, assemelhavam-se com as desenvolvidas dentro das fábricas e oficinas mecanizadas.

A plasticidade do processo industrial evidencia as vicissitudes de modos de trabalho no Brasil. Muitas práticas de trabalho passaram a ser inseridas no que se entendia como trabalho industrial, devido a uma gradativa mecanização das atividades produtivas. Por outro lado, diversas formas de sobrevivência mantiveram-se a margem desta organização, tanto no campo, quanto na cidade, por, inicialmente, não terem seus processos de produção mecanizados. As categorias analíticas historicamente utilizadas junto aos recenseamentos não apreenderam a heterogeneidade econômica que se consolidava em grandes cidades, fazendo oscilar, portanto, o que era entendido como atividade produtiva e improdutiva, bem como ocupações definidas e indefinidas.

De acordo com o Quadro 03, é possível compreender como os modos produtivos eram sistematizados no período. Dividiam-se entre indústrias de vestuário, empresas de construção e estabelecimentos varejistas. Para estes modos produtivos existiam informações mais abrangentes sobre os locais de desenvolvimento, as práticas realizadas e o tipo de atividade desenvolvida. Ao lado destas categorias existiam aquelas voltadas

Quadro 3 - Atividades produtivas não incluídas nos levantamentos censitários produzidos em 1910. Fortaleza, Ceará. 2019.

Indústria de Vestuário	Abrange oficinas de costura, de roupas sob medida (alfaiates), tinturarias, estabelecimentos de moda, além de oficinas de prepa-
Empresas voltadas para diversas obras de construção	Abrange oficinas de forração, soldadura e aparelhagem, pinturas de casas e letreiros, calçamento de asfalto, colocação de pedras e concreto, oficinas de estucadores, modeladores e empresas de construção de estradas de ferro.
Estabelecimentos Varejistas	Confeitarias e padarias, farmácia, armazéns de moveis, cabeleireiros, barbearias, joalherias e ourivesarias, relojoaria, objetos de ótica.
Oficinas em estabelecimentos de ensino, caridade e correção	Oficinas das escolas profissionais, dos liceus de artes e ofícios, dos asilos, seja as mantidas pela administração pública ou por instituições particulares.

Fonte: Rio de Janeiro (1920); Recenseamento Geral do Brasil.

para o ensino, a correção e a caridade, que compreendiam escolas de ofício e formação, instituições públicas de caridade e correção, que certamente, ganhavam contornos específicos quando olhados a partir de uma dimensão local.

O processo de expansão industrial impulsionou uma progressiva definição e qualificação de um conjunto de práticas de trabalho. Aspectos como a mecanização e a especificidade de atividades diversas inseriam estas práticas dentro de uma categoria de trabalho considerada definida. Uma massa expressiva de trabalhadores, em contrapartida, tinha suas atividades entendidas como indefinidas, por não estarem inseridos dentro desta dinâmica, mecanizada e específica, presente, principalmente, junto às fábricas e oficinas. Os trabalhadores classificados como definidos ocupavam, assim, um lugar de distinção social em meio a uma massa heterogênea de pobres.

Processo de definição e indefinição de práticas de trabalho no Estado do Ceará

Industrialização e expansão urbana são pensadas como interlocutoras de um mesmo processo, mantendo um constante diálogo ao longo do século XX (LEFEBVRE, 1968). Muitas atividades não consideradas como industriais ajudavam a dinamizar parte da econômica local. Eram indicadoras da consolidação de um mercado de produção e consumo internos, empregando recursos financeiros e trabalhadores diversos. Ocorriam em diálogo a expansão de diversas cidades portuárias, como: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza, que neste período, contavam entre 50.000 a 500.000 habitantes, de acordo com o Recenseamento Geral do Brasil, de 1920. Estes processos ocorriam de modo diferenciado, a partir de vicissitudes e dinâmicas econômicas, sociais e territoriais de cada região.

O Nordeste, nas últimas décadas do século XIX, tinha uma participação significativa na economia nacional, sendo um importante e expressivo exportador de algodão e açúcar, além de concentrar, aproximadamente, metade da população brasileira, com seu espaço organizado a partir de uma rígida estrutura econômica, social e política (FURTADO, 1987). Cidades como Salvador e Recife exportavam diversos produtos nordestinos,

como açúcar, tabaco, fumo, cacau. A cidade de Fortaleza foi inserida nessa dinâmica a partir do escoamento da produção de algodão. Marcadas por uma grande e desigual concentração fundiária, têm sua produção agrícola extensiva voltada para a subsistência, além de uma organização social oligárquica, com atividades produtivas voltadas para o mercado externo.

O processo produtivo gestado no Estado do Ceará dividia-se entre produção, transformação e emprego de matérias primas. Ainda que manufatureiro impulsiona uma divisão técnica do trabalho, a produção de excedente para exportação, bem como a especialização de diversas atividades produtivas. Os setores de metalurgia, têxtil, madeiras, alimentação, óleos e vegetais foram desenvolvidos no período, de acordo com o Almanaque Estatístico e Literário do Ceará. Muitas atividades econômicas foram realizadas a partir de uma produção agrícola local, sendo as primeiras iniciativas produtivas voltadas aos setores de tecido, fiação e óleos vegetais, em uma interdependência campo e cidade (AMORA, 1989).

A economia algodoeira, expressiva em 1860, contribuiu para um tímido desenvolvimento local, sobretudo em Fortaleza, com a emergência de fábricas e oficinas, em sua maioria, manufatureiras. O desenvolvimento de portos contribuiu para a inserção desta economia dentro de uma dinâmica maior. O escoamento da produção, com exportações e importações diversas, dinamizava a relação cidade e sertão, desenvolvendo, também, cidades litorâneas, a partir da atividade portuária. Somente no ano de 1898, a cidade de Fortaleza recebeu, aproximadamente, 313 embarcações vindas, principalmente, do sul do país. Circulavam junto aos centros econômicos de cidades próximas, além de países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Argentina.

Em sua maioria, eram consideradas como atividades industriais, apesar de não utilizarem, por vezes, máquinas e equipamentos de produção, sendo realizadas de modo artesanal e manufatureiro. Impulsionavam especificações nas práticas de trabalho, em uma diferença quanto às práticas manuais e intelectuais. Estas atividades ajudavam a definir as profissões e ofícios tidos como regulares e qualificados, significando um lugar social diferenciado em relação aos demais sujeitos que não estavam inseridos diretamente

nesta dinâmica produtiva, que aos poucos, consolidava-se como regular e industrial.

O poder municipal, ao taxar impostos sobre diversas práticas cotidianas de sobrevivência, ajudava a definir e qualificar quais ocupações eram inseridas dentro da dinâmica industrial do período. Registrava todas as atividades comerciais e industriais, bem como aquelas realizadas em oficinas e fábricas, além de normatizar os critérios para funcionamento de estabelecimentos diversos. A produção destes registros, assim como demais documentos administrativos, foram utilizados para produção de sucessivos dados censitários realizados. Os trabalhadores com profissão, arte ou ofício definido, deveriam pagar uma taxa de contribuição para o seu livre exercício. Este mesmo imposto era aplicado, também, aos trabalhadores que tinham suas ocupações exercidas cotidianamente nas ruas da cidade.

Registrava todas as atividades comerciais, industriais ou realizadas em oficinas, impondo condições para o funcionamento destes estabelecimentos. Existia uma constante tentativa de normatizar e enquadrar todas as atividades produtivas da cidade, sob condições de funcionamento e pagamento de impostos. As atividades qualificadas, em sua maioria, sejam profissão, arte ou ofício, deveriam pagar uma taxa de contribuição para o seu livre exercício. A fiscalização era estendida junto à algumas ocupações exercidas cotidianamente nas ruas da cidade, como as de ambulantes e carroceiros, que em conjunto, sofriam condicionamentos municipais para o livre exercício de suas atividades, sendo relacionadas, diretamente, ao comércio de alimentos e ao trânsito citadino. A existência deste tipo de ocupação não dialogava com o projeto de república e cidade moderna, moldados sob o signo do progresso e do trabalho, remetendo a um passado imperial entendido como atrasado. O controle instituído pelo município, em si, aponta para um processo de definição e qualificação de ocupações urbanas e marginais quanto à organização do trabalho produtivo, realizado pelo poder municipal e público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo das profissões e ocupações era diverso e heterogêneo, passando por um processo progressivo de definição e organização, ao longo do

século XX. Somos levados a refletir como as categorias de definição de práticas laborais acompanhavam o processo de mecanização e transformação produtivo, realizado no campo e na cidade. Temos que as conceituações entre trabalho definido e indefinido são tênues, oscilando entre uma dimensão local, regional e nacional, obedecendo às dinâmicas econômicas, políticas e sociais específicas e diferenciadas entre si. As diversas formas de sobrevivência que não estavam inseridas dentro da lógica produtiva regular, assalariada e mecanizada eram, progressivamente, consideradas como indefinidas.

Direcionamos nosso olhar para os modos oficiais de definir as práticas de trabalho existentes ao longo do século XX, de modo a compreender, posteriormente, como estas definições ocorriam em uma dimensão local. Parte da produção historiográfica reflete sobre estas questões tendo como ponto de partida as realidades sociais do Sudeste do país, sobretudo, dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Uma das possibilidades de investigação é refletir sobre este grupo de trabalhadores heterogêneos e diversos, a partir de uma dinâmica própria da região nordeste.

Entendemos que estes trabalhadores, em conjunto, compartilhavam demandas em comum, como: a ocupação do espaço da cidade, moradia, alimentação e, sobretudo, conflitos com diversas instâncias de poder, como o dispositivo de repressão policial. Apesar de desconhecidos pelo discurso oficial, diversas práticas de trabalho eram indispensáveis para o funcionamento de toda uma dinâmica cidadina, contribuindo, significativamente, para o processo de expansão econômica e urbana evidenciado em diversas cidades brasileiras. Constituem um profícuo objeto de estudo, com problemáticas diversas e indispensáveis para a compreensão da organização do trabalho ao longo do século XX.

REFERÊNCIAS

Amora, Z. B. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In : Souza, Simone de (org.). *História do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza (CE): Fundação Demócrito Rocha. 1994.

Andrade, M. C. *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar. 1981.

Barbosa, A.F. *A formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo (SP): Alameda. 2008.

Costa, E.V. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo (SP): Editora UNESP. 2010.

Fausto, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 267.

Figueiredo, C. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. vol. 02, 1913.

Fontes, V. *O Brasil e o Capital - Imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ. 2010.

Furtado, C. *Formação econômica do Brasil*. 22 ed., São Paulo (SP): Editora Nacional, 1987.

Ginzburg, C. *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo (SP): Cia das Letras. 2007.

Gomes, A.C.; Silva, F.T. da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas (SP): Editora da Unicamp. 2013.

Harvey, D. As relações de transporte, a integração espacial e a “anulação do espaço pelo tempo”. In: *A produção do espaço capitalista*. São Paulo (SP): Annablume. 2005.

Léfebvre, H. *O direito à cidade*. São Paulo (SP): Centauro. 2001.

Machado, D. *Uma definição Biológica do Crime*. Porto Alegre (RS): EDIPUCRS. 250 f. 2009.

Matos, M.I.S. *Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho*. São Paulo (SP): Edusc. 2002.

Neves, F.C. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro (RJ): Rêlume Dumará. 2000.

_____. *Estranhos na Belle Epoque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877 - 1915)*. In: *Trajetos: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social*, do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará. Nº 06, Fortaleza, Departamento de História da UFC. 2005.

Revel, J. (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Fundação Getúlio Vargas. 1998.

Santos, M. *Pobreza Urbana*. 1ª ed. São Paulo: EDUSP. 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, v. II, A maldição de Adão. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra. 2012.

_____. *A formação da classe operária inglesa*, v. III, A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra. 2012.